

# **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Contratação de empresa especializada na  
prestação de serviços continuados de  
comunicação social



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Unidade Demandante: Secretaria de Comunicação Social (SECOM)

Unidade Requisitante: Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados (SEGEST)

Equipe de Planejamento da Contratação:

Nome	Lotação	Função
Solange Júlia Fernandes Coimbra	SEGEST	Secretária de Gestão de Serviços e Terceirizados
Simone de Azevedo Oliveira Nominato	SEGEST	Chefe da Divisão de Gestão de Serviços e Terceirizados Secretária de Gestão de Serviços e Terceirizados - em exercício
Willian Vitor da Costa	SEGEST	Fiscal Administrativo

Integrante Técnico:

Nome	Lotação	Função
Gabriela de Carvalho Costa	SELD	Chefe da Seção de Reajuste e Repactuação de Contratos de Terceirizados
Cassiano Carneiro da Cunha Nóbrega Neto	SECOM	Chefe da Seção de Produção Audiovisual

**OBJETO**

Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados de comunicação social para atender ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, localizadas na Capital e no Interior do Estado de Minas Gerais, em modelo de contrato por desempenho/resultado, a ser executado em regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Compõem a contratação, além dos postos de trabalho, o fornecimento de uniformes adequados à execução dos serviços, conforme especificações, exigências e quantitativos previstos neste instrumento.

**NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região possui contrato vigente sob o número 22SR057, firmado com a empresa Plansul Planejamento e Consultoria Ltda., para atuação na Capital e Interior, o qual alcançará o fim de sua vigência em 06/12/2025. A empresa já demonstrou interesse na prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses. Portanto, se concretizado esse procedimento, o instrumento terá sua vigência estendida até 06/12/2026.

Contudo, o contrato atualmente vigente (22SR057) não possui mais margem para aumento do quantitativo de postos de trabalho, uma vez que o percentual máximo de acréscimo permitido por lei foi atingido. Diante da impossibilidade de atender novas demandas por postos de trabalho, imprescindível se faz propor nova contratação, oportunidade em que será realizado um redimensionamento do quantitativo de postos necessário para atender ao aumento da demanda ocasionada pela ampliação do número de Plenários e da inauguração do auditório do Q20 e do Centro Cultural da Justiça do Trabalho (CECULT) que ocorreu em agosto de 2023.

Nesse cenário, importa destacar que a prestação de serviços continuados de comunicação social, com



## **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**

Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, é fundamental para garantir o fortalecimento dos mecanismos de transparência judiciária e administrativa, de comunicação e de informação, com vistas à plena satisfação social, uma vez que as gravações das sessões, eventos e matérias jornalísticas são disponibilizadas ao jurisdicionado nos endereços eletrônicos deste Tribunal.

Outros fatores relevantes a serem considerados para a nova contratação são: (a) essencialidade da manutenção desses serviços para o desenvolvimento das atividades finalísticas deste Tribunal; (b) a continuidade da demanda por serviços de comunicação social.

De acordo com o inciso VI, do art. 1º, da Portaria MPDG nº 443/2018, fica estabelecido que, no âmbito da Administração Pública Federal, serão preferencialmente objeto de execução indireta, os serviços de comunicação social, incluindo jornalismo, publicidade, relações públicas e cerimonial, diagramação, design gráfico, webdesign, edição, editoração e atividades afins.

A contratação visa, ainda, atender às Resoluções nº 85/2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a Comunicação Social no âmbito do Poder Judiciário, e nº 321/2022, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que institui a Nova Política de Comunicação Social no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus e cria o Manual de Comunicação Social e Redação Jornalística da Justiça do Trabalho, além da Resolução nº 215/2015 do CNJ, que regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário, a implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Para fins do disposto no Decreto nº 10.193/2019, declaramos que o objeto da contratação enquadra-se como atividade de custeio, configurando-se como execução indireta, nos termos do Decreto nº 9.507/2018, estando ainda devidamente respaldado pela Instrução Normativa Seges/MPDG nº 05/2017.

A contratação será realizada de forma integral, grupo único, conforme o art. 40, §3º da Lei nº 14.133/21, para evitar dificuldades na coordenação, aumento de custos e perda de economia de escala. A manutenção de um único prestador garante maior controle da qualidade, uniformização dos procedimentos e otimização dos processos, assegurando a conformidade com normas regulamentadoras. Além disso, a fragmentação dos serviços poderia gerar divergências operacionais, dificultar o acompanhamento da execução e aumentar riscos de inconsistências, contrariando o princípio da eficiência administrativa. A contratação global proporciona economia de escala, reduz custos administrativos e logísticos e garante a padronização e eficiência na gestão contratual.

Há de se considerar, ainda, que as atividades supracitadas não são inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, conforme dispõe o inciso IV do art. 3º do Decreto acima.

### **REGIME DE EXECUÇÃO**

O regime de execução será o da empreitada pelo preço global uma vez que as características qualitativas e quantitativas do objeto serão previamente definidas no edital, permitindo-se aos licitantes a elaboração de proposta fundada em dados objetivos e seguros.

### **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A Contratada deverá prestar serviços terceirizados de comunicação social com fornecimento de uniformes adequados à execução dos serviços, conforme especificações e exigências expressas no respectivo edital.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

A empresa contratada deverá:

- Fornecer mão de obra qualificada para os serviços de comunicação social;
- Disponibilizar uniformes e equipamentos de proteção individual, se for o caso;
- Atender às normas de segurança do trabalho e legislações ambientais;
- Cumprir requisitos de acessibilidade e sustentabilidade, conforme a Resolução CSJT nº 310/2021;
- Observar a reserva de vagas para pessoas com deficiência (PcD), cotas raciais e de gênero;
- Disponibilizar profissionais capacitados e treinados, de acordo com as atividades desempenhadas;
- Garantir a utilização consciente dos recursos e equipamentos fornecidos pela administração;
- Cumprir os prazos e condições de execução dos serviços conforme estipulado no contrato;
- Aplicar normas de controle de qualidade e protocolos operacionais padronizados;
- Realizar treinamentos periódicos para qualificação dos profissionais alocados.

A Contratada deverá, dentre outros assuntos:

- atender aos critérios de sustentabilidade estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho;
- promover curso interno de treinamento de seus empregados sobre as práticas estabelecidas na política de responsabilidade socioambiental do órgão, abordando os seguintes temas: normas de segurança do trabalho, redução do consumo de energia, água e outros recursos naturais, gestão de resíduos sólidos no local de prestação dos serviços e outros temas pertinentes, a serem definidos pela Contratante.
- promover medidas que visem combater a discriminação e promover a igualdade de oportunidades para grupos minoritários por meio do desenvolvimento de ações socialmente justas e inclusivas, que favoreçam a equidade e a diversidade, implementando políticas afirmativas não discriminatórias, devendo, para tanto, manter, durante toda a execução do contrato, desde que compatível com os requisitos do posto e com as habilidades exigidas para as categorias profissionais;
- desenvolver e implementar o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), visando à promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, em conformidade com as Normas Regulamentadoras do MTE.
- fornecer profissionais devidamente treinados e capacitados para a execução das atividades, assegurando a eficiência do trabalho e a proteção das pessoas, do ambiente e dos equipamentos envolvidos.

O cumprimento das normas de segurança é essencial para garantir a prestação de serviços eficiente, que também envolve a proteção dos colaboradores. Toda a equipe, conforme o caso, deverá utilizar, quando cabível, os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) exigidos pela legislação durante a execução de suas atividades.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Nos contratos de prestação de serviços, é obrigatório o cumprimento das normas técnicas de saúde, higiene e segurança do trabalho, incluindo a disponibilização e fiscalização do uso dos equipamentos de segurança necessários, conforme previsto na Norma Regulamentadora MTE nº 06.

A Contratada prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, da Circular SUSEP n. 662/2022 e do Anexo VII-F, item 3, da IN Seges/MPDG nº 5/2017, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da Contratada.

Certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado ou, caso implementado e regulamentado, o respectivo registro cadastral emitido conforme os parágrafos 3º e 4º do art. 88 da Lei nº 14.133/2021, que demonstrem aptidão para a execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da contratação. Essa aptidão deve ser comprovada por meio da experiência do licitante no gerenciamento de serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, por um período mínimo de 1 (um) ano. É permitido o somatório de atestados de períodos distintos, sem a necessidade de que os anos sejam consecutivos. Essa exigência visa mitigar os riscos de contratação de empresa sem capacidade para cumprir as obrigações pactuadas.

A participação de empresas em consórcio não será permitida. O objeto a ser contratado não apresenta complexidade técnica que justifique a atuação conjunta de mais de uma empresa, uma vez que sua execução não requer a integração de esforços de segmentos distintos. Trata-se de um serviço comumente prestado por empresas individualmente no mercado. Além disso, experiências anteriores com licitações do mesmo objeto, sem a participação de consórcios, demonstraram êxito e ampla competitividade.

**LEVANTAMENTO DE MERCADO, CONSISTENTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR**

A descentralização das atividades da Administração Pública Federal teve início em 1967 com o Decreto-Lei nº 200. Posteriormente, a Lei nº 5.645/1970 definiu algumas atividades passíveis de execução indireta (o parágrafo único do artigo 3º, posteriormente revogado pela Lei nº 9.527/1997). A contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra foi inicialmente regulamentada pelo Decreto nº 2.271/1997 e atualmente está disciplinada pelo Decreto nº 9.507/2018, em conjunto com a Portaria nº 443/2018 do extinto Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O artigo 3º, §1º, do referido decreto dispõe que, no âmbito da Administração Pública Federal, as atividades materiais auxiliares, instrumentais ou acessórias às áreas de competência legal dos órgãos podem ser objeto de execução indireta.

Destaca-se que outros órgãos da Administração Pública adotam soluções semelhantes para a contratação de serviços terceirizados de comunicação social, incluindo o fornecimento de mão de obra, equipamentos e, conforme demanda, todos os materiais necessários à execução dos serviços. É o caso de instituições como:

- Assembleia Legislativa de Minas Gerais: Edital nº 051/2020;
- Tribunal de Justiça de Minas Gerais: Edital nº 044/2025;
- Câmara dos Deputados: Edital nº 90003/2025;
- Tribunal Superior do Trabalho: Edital nº 122/2023;
- Supremo Tribunal Federal: Editais nº 86/2023 e 93/2023;



## **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**

Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

- Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região: Edital nº 90005/2024;
- Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região: Edital nº 90001/2025; e
- Tribunal Regional Eleitoral da Bahia: Edital nº 90057/2024.

Ressalta-se que, no que diz respeito às soluções disponíveis para operacionalização desses serviços, uma contratação por demanda não se mostra adequada, uma vez que as atividades não são sazonais, mas permanentes. Nesse contexto, a única solução viável é a contratação de serviços terceirizados de comunicação social, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, além de equipamentos e uniformes para a plena execução dos serviços. Ademais, a contratação por posto de trabalho, com remuneração estabelecida pela média entre os valores praticados pela livre iniciativa de mercado e os pisos salariais definidos em convenção coletiva, asseguram condições justas e equilibradas para os profissionais envolvidos.

### **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de comunicação social, garantindo a continuidade dos serviços e sem prejuízo às atividades do Tribunal. O contrato será regido pela Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis, adotando o modelo de contratação por desempenho/resultado, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

A prestação dos serviços abrangerá as unidades do Tribunal, distribuídas na Capital e no Interior do Estado, assegurando a cobertura integral das demandas institucionais de comunicação social, incluindo o registro audiovisual de sessões e eventos, a produção de matérias jornalísticas, a divulgação de informações de interesse público e o suporte técnico-operacional necessário para a manutenção da transparência e da efetividade na comunicação com a sociedade.

Será ajustado entre o Tribunal e a empresa contratada o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), a fim de balizar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade acordados.

Não haverá necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas na execução dos serviços.

A contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

### **LOCAIS E HORÁRIOS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços serão executados, preferencialmente, nas unidades do Contratante na Capital, podendo, eventualmente, ser demandada a prestação de serviço no interior do Estado de Minas Gerais:

- a) Na Capital, os terceirizados ficarão alocados na Seção de Produção Audiovisual vinculada à Secretaria de Comunicação Social, situada na unidade predial da Av. Getúlio Vargas, nº 265, bairro Funcionários (Anexo);
- b) A prestação dos serviços em unidades do Interior seguirá a sistemática de pagamento de diárias.

Os terceirizados poderão ser demandados a prestar serviços em eventos institucionais realizados em locais diversos das instalações prediais do Contratante, mediante prévia comunicação à Contratada a ser realizada pela



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Secretaria gestora, oportunidade em que serão conduzidos por veículo institucional.

Ademais, os postos de trabalho contratados terão o horário de prestação de serviço organizados, a critério do Contratante, entre 6h e 21h59min, não sendo permitido adentrar no período noturno estabelecido pelo art. 73, §3º, da CLT, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, respeitada a carga horária semanal.

**VIGÊNCIA CONTRATUAL**

O contrato terá prazo de vigência inicial de 1 (um) ano, contado de sua assinatura, podendo ser objeto de prorrogação, por igual período, limitada a duração total ao período máximo de 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES E DOS VALORES A SEREM CONTRATADOS**

**1. Estimativa do quantitativo de postos de trabalho**

A quantidade prevista para a contratação foi estabelecida com base na demanda histórica e na necessidade do acréscimo de novas categorias profissionais para atender ao aumento da demanda ocasionada pela ampliação do número de Plenários e da inauguração do auditório do Q20 e do Centro Cultural da Justiça do Trabalho (CECULT). O dimensionamento dos postos de trabalho considera a área física das instalações e a complexidade dos serviços a serem executados, bem como a necessidade de assegurar a qualidade e a continuidade dos serviços prestados.

O detalhamento das quantidades consta no quadro logo abaixo.

QUANTITATIVO DE POSTOS								
Categoria Profissional	Atividade	Setor	Posto de Trabalho	CBO	CATSER	Nº Postos		
						Contratação Imediata	Expectativa de contratação futura	TOTAL ARP
Radialista	Técnica	Direção	Supervisor Técnico 40h + GAF	3732-30	15580	1	1	2
		Tratamento e registros sonoros ou audiovisuais	Técnico de sistemas audiovisuais 30h + GAF	3731-30	15580	4	4	8
			Operador de mídia audiovisual 30h + GAF	3731-05	15580	16	10	26
			Operador de câmera 30h + GAF	3721-15	15580	2	2	4
			Editor de mídia audiovisual 30h + GAF	3744-05	15580	4	4	8
	Produção	Produção	Diretor de Imagens 30h + GAF	3744-25	15580	2	14	16
Jornalista	-	-	Repórter Fotográfico 25h	2618-20	15580	1	2	3
			Repórter de rádio e televisão (cinematográfico) 25h	2611-35	15580	2	2	4
Publicitário	-	-	Designer Gráfico 40h	2624-10	15580	2	2	4



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

QUANTITATIVO DE POSTOS								
Categoria Profissional	Atividade	Setor	Posto de Trabalho	CBO	CATSER	Nº Postos		
						Contratação Imediata	Expectativa de contratação futura	TOTAL ARP
				Total de Postos		34	41	75

No contrato atualmente vigente, estão disponíveis os seguintes postos de trabalho:

Quantitativo de Postos - Contrato 22SR057	
Posto de Trabalho	Nº Postos
Assistente de operações audiovisuais 30h	1
Editor de mídia audiovisual 30h + GAF	1
Operador de câmera 30h	1
Operador de mídia audiovisual 30h	8
Operador de mídia audiovisual 30h + GAF	4
Técnico de sistemas audiovisuais 30h + GAF	3
<b>Total</b>	<b>18</b>

Verifica-se, portanto, que o contrato corrente não contempla os postos de Designer Gráfico, Diretor de Imagens, Repórter Fotográfico, Repórter de Rádio e Televisão (Cinematográfico) e Supervisor Técnico. Ressalta-se, ainda, que a quantidade de postos atualmente em vigor será ampliada pela nova contratação, conforme demonstrado na tabela “Quantitativo de Postos”, e que o posto de Assistente de Operações Audiovisuais foi excluído.

A opção pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pelo fato de ainda não ser possível dimensionar com exatidão o aumento das necessidades decorrentes da expansão do número de Plenários e da inauguração do auditório do Q20 e do Centro Cultural da Justiça do Trabalho (CECULT). Acrescenta-se a isso a essencialidade da manutenção desses serviços para o adequado desenvolvimento das atividades finalísticas deste Tribunal, bem como a necessidade de garantir a continuidade das ações de comunicação social.

A metodologia adotada na precificação do objeto da contratação é a combinação dos métodos da Instrução Normativa Seges/ME nº 65/2021 e da Instrução Normativa Seges/MPDG nº 5/2017, sendo:

- preenchimento de planilha de custos e formação de preços;
- preços de licitações ou contratações similares para insumos e alguns custos de mão de obra;
- indicadores sociais;
- tabelas de fabricantes;
- valores oficiais de referência;
- tarifas públicas e regras claras da composição de preços;
- outros itens que se fizeram necessários para composição dos preços.

### 2. Definição dos valores da contratação

Para a obtenção dos valores de insumos (uniformes e equipamentos) a pesquisa foi realizada na plataforma “Compras.gov.br”, uma vez que tal site permite a busca pelos preços que estejam em conformidade com o art. 5º





**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

da Instrução Normativa Seges/ME nº 65/2021. E, em consulta ao Painel de Pesquisa de Preços, disponível neste endereço eletrônico, foram encontrados preços de objetos similares aos que se pretende contratar. Utilizou-se como critério para a obtenção do valor a mediana dos itens pesquisados sendo desconsiderados valores subavaliados ou superavaliados no período dos últimos 12 (doze) meses, considerando que a pesquisa de preço foi realizada em 22/08/2025.

Para estimar o valor contratual, conforme tabela abaixo, utilizou-se o modelo da planilha de custo recomendado na Instrução Normativa Seges/MPDG nº 5/2017 e, em relação aos salários e aos benefícios, foram utilizadas as Convenções Coletivas do Trabalho vigentes nesta Capital, quais sejam:

- CCT [SERTMG x SINTERT-MG](#): válida para os postos de trabalho de Supervisor Técnico, Técnico de sistemas audiovisuais, Operador de mídia audiovisual, Operador de câmera, Editor de mídia audiovisual e Diretor de Imagens e com vigência de 01/04/2025 A 31/03/2027;
- CCT [SERTMG x SJPMG](#): válida para os postos de trabalho de Repórter Fotográfico e Repórter de rádio e televisão (cinematográfico) e com vigência de 01/04/2025 a 31/03/2027;
- CCT [FENAP x SINAPRO-MG](#): válida para o posto de trabalho de Designer Gráfico e com vigência de 01/09/2025 a 31/08/2026;

### **3. Definição dos salários dos postos de trabalho**

Para fins de definição do salário-base a ser adotado para os postos abrangidos pela presente contratação, constatou-se, após minuciosa pesquisa de mercado, que os valores estabelecidos pelos instrumentos coletivos mencionados no item anterior, aplicáveis às respectivas categorias, encontram-se significativamente inferiores à remuneração praticada no mercado de trabalho, quais sejam:

- a) Radialista: R\$ 2.582,75 (dois mil, quinhentos e oitenta e dois reais e setenta e cinco centavos)
- b) Jornalista: R\$ 3.289,89 (três mil, duzentos e oitenta e nove reais e oitenta e nove centavos)
- c) Designer Gráfico: R\$ 1.621,00 (mil, seiscentos e vinte e um reais)

O salário-base de uma categoria, ainda que estabelecido por CCT, tem por finalidade garantir que nenhum profissional da área perceba remuneração inferior ao valor estipulado. Todavia, no caso específico dos profissionais acima mencionados, tais parâmetros aplicam-se, em regra, a trabalhadores em início de carreira, geralmente sem experiência prévia. No presente contexto, observa-se que a exigência de formação de nível superior aplica-se apenas aos ocupantes da categoria Jornalista e ao posto de Designer Gráfico. Já os ocupantes de postos pertencentes à categoria Radialista devem possuir, no mínimo, ensino médio completo, acrescido de experiência comprovada na respectiva área, garantindo a capacidade técnica necessária para o desempenho das funções.

#### **3.1. Fixação dos salários dos postos pertencentes às categorias profissionais de Radialista e de Jornalista**

Justifica-se a presente determinação pela necessidade de assegurar a contratação de profissionais com perfil técnico compatível com as demandas específicas deste Tribunal, de modo a garantir a adequada execução dos serviços. A fixação de um valor mínimo de remuneração mostra-se medida essencial para viabilizar a seleção de



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

profissionais devidamente qualificados, aptos a assegurar a operação segura, contínua e eficiente dos equipamentos que compõem a estrutura da SECOM.

Com vistas à definição de parâmetros remuneratórios compatíveis com o mercado, procedeu-se a levantamento junto a instituições públicas que apresentam estrutura organizacional e postos de trabalho análogos aos existentes na SECOM deste Tribunal. Foram considerados, para tanto, os seguintes referenciais:

- Tribunal Superior do Trabalho (TST): [Quarta Apostila](#) ao [Contrato nº 122/2023](#);
- Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG): [Edital nº 44/2025](#); e
- Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG): [Contrato 22/2021](#), cuja planilha de custos e formação de preços foi disponibilizada a esta Secretaria por e-mail.

As tabelas a seguir apresentam os cargos pesquisados, as respectivas cargas horárias semanais e os valores de remuneração correspondentes, bem como o cálculo proporcional aplicado à carga horária praticada no TRT, de modo a permitir comparação equitativa entre os postos:

TST						
Categoria Profissional	Posto de Trabalho	Carga horária (Semanal)	Salário	Conversão de dados para os parâmetros desta contratação		Média
				Carga Horária	Salário Proporcional	
Radialista	Supervisor técnico	30	R\$ 9.228,64	40	R\$ 12.304,85	R\$ 12.304,85
	Diretor de imagens	30	R\$ 8.180,73	30	R\$ 8.180,73	
	Editor de mídia audiovisual	30	R\$ 8.706,40	30	R\$ 8.706,40	
	Operador de câmera	30	R\$ 6.284,84	30	R\$ 6.284,84	
	Técnico de sistemas audiovisuais	30	R\$ 6.993,16	30	R\$ 6.993,16	
Jornalista	Repórter	30	R\$ 7.510,01	25	R\$ 6.258,34	R\$ 6.098,10
	Repórter - Apresentador	30	R\$ 7.510,01	25	R\$ 6.258,34	
	Repórter - Fotográfico	30	R\$ 6.933,13	25	R\$ 5.777,61	

TJMG						
Categoria Profissional	Posto de Trabalho	Carga horária (Semanal)	Salário	Conversão de dados para os parâmetros desta contratação		Média
				Carga Horária	Salário Proporcional	
Radialista	Editor de Vídeo	30	R\$ 6.029,62	30	R\$ 6.029,62	R\$ 4.284,99
	Operador de Áudio e Vídeo	40	R\$ 6.090,84	30	R\$ 4.568,13	
	Operador de Câmera Unidade Portátil	40	R\$ 5.982,09	30	R\$ 4.486,57	
	Técnico de Áudio e Vídeo	44	R\$ 3.014,96	30	R\$ 2.055,65	
Jornalista	Repórter Multimídia	30	R\$ 6.029,62	25	R\$ 5.024,68	R\$ 5.024,68



# TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

ALMG						
Categoria Profissional	Posto de Trabalho	Carga horária (Semanal)	Salário	Conversão de dados para os parâmetros desta contratação		Média
				Carga Horária	Salário Proporcional	
Radialista	Supervisor técnico	44	R\$ 7.149,61	40	R\$ 6.499,65	R\$ 6.499,65
	Operador de mídia audiovisual	36	R\$ 2.745,32	30	R\$ 2.287,77	R\$ 3.969,63
	Editor de Mídia Audiovisual "A"	36	R\$ 6.805,62	30	R\$ 5.671,35	
	Editor de Mídia Audiovisual "B"	36	R\$ 5.480,24	30	R\$ 4.566,87	
	Editor de Mídia Audiovisual "C"	36	R\$ 4.078,57	30	R\$ 3.398,81	
	Diretor de Imagens	36	R\$ 6.200,71	30	R\$ 5.167,26	
	Técnico de Manutenção e Sistemas Audiovisuais	36	R\$ 4.687,51	30	R\$ 3.906,26	
	Operador de Câmera	36	R\$ 3.346,96	30	R\$ 2.789,13	
Jornalista	Repórter Fotográfico	30	R\$ 4.539,20	25	R\$ 3.782,67	R\$ 3.782,67
	Repórter Cinematográfico	30	R\$ 4.539,20	25	R\$ 3.782,67	

No que se refere ao posto de Supervisor Técnico, justifica-se a fixação de média salarial superior à dos demais integrantes da mesma categoria, por se tratar de função de natureza hierarquicamente superior, que demanda maior grau de responsabilidade, tomada de decisão e complexidade técnica. Tal posto compreende a coordenação direta das equipes operacionais, o acompanhamento da execução dos serviços e a supervisão das rotinas administrativas e técnicas sob sua responsabilidade, sendo, portanto, indispensável à garantia da qualidade, da continuidade e da eficiência das atividades desenvolvidas no âmbito da SECOM.

Assim, procedeu-se ao levantamento de informações referentes a contratações públicas que contemplam os referidos postos, bem como à pesquisa em plataformas especializadas de mercado, tais como [Indeed](#), [Glassdoor](#) e [Jooble](#) (acessados em 16/10/2025). A partir desse levantamento, elaborou-se a tabela a seguir, na qual constam os valores de remuneração observados e a respectiva média salarial obtida:

Categoria Profissional	Posto de Trabalho	Salários - Fontes de pesquisa							
		CCT	Indeed	Glassdoor	Jooble	TST	TJMG	ALMG	Média
Radialista	Supervisor Técnico 40h	R\$ 2.582,75	R\$ 3.980,00	R\$ 5.000,00	R\$ 3.060,00	R\$ 12.304,85	-	R\$ 6.499,65	R\$ 5.571,21
	Técnico de sistemas audiovisuais 30h	R\$ 2.582,75	R\$ 3.277,00	R\$ 3.000,00	R\$ 2.983,00	R\$ 7.541,28	R\$ 4.284,99	R\$ 3.969,63	R\$ 3.948,38
	Operador de mídia audiovisual 30h								
	Operador de câmera 30h								
	Editor de mídia audiovisual 30h								
	Diretor de Imagens 30h								
Jornalista	Repórter Fotográfico 25h	R\$ 3.289,89	-	R\$ 4.000,00	-	R\$ 6.098,10	R\$ 5.024,68	R\$ 3.782,67	R\$ 4.439,07
	Repórter de rádio e televisão (cinematográfico) 25h								



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Destaca-se que as pesquisas referentes à categoria Jornalista realizadas nos sites Indeed e Jooble foram desconsideradas, uma vez que os valores apurados, respectivamente, R\$ 2.671,00 e R\$ 2.587,00, apresentaram-se inferiores ao salário previsto na CCT para a categoria, que é de R\$ 3.289,89.

Dessa forma, a média salarial pesquisada será adotada como valor mínimo na planilha de custos e formação de preços, conforme detalhamento a seguir:

a) Radialista:

Supervisor Técnico: **R\$ 5.571,21 (cinco mil, quinhentos e setenta e um reais e vinte e um centavos)**

Técnico de Sistemas Audiovisuais, Operador de Mídia Audiovisual, Operador de Câmera, Editor de Mídia Audiovisual e Diretor de Imagens: **R\$ 3.948,38 (três mil, novecentos e quarenta e oito reais e trinta e oito centavos)**

b) Jornalista:

Repórter Fotográfico e Repórter de rádio e televisão (cinematográfico): **R\$ 4.439,07 (quatro mil, quatrocentos e trinta e nove reais e sete centavos)**

Tais valores representam o parâmetro mínimo a ser considerado para fins de contratação, garantindo a compatibilidade com a qualificação técnica exigida e a observância das práticas salariais de mercado, em consonância com as normas coletivas aplicáveis.

### 3.2. Fixação do salário do posto de Designer Gráfico

A amplitude de atribuições demandadas pelo TRT3 requer a contratação de profissionais com formação acadêmica em nível superior e competências diversificadas na área de comunicação social. Nessa perspectiva, a adoção do piso salarial previsto em convenção coletiva como referência remuneratória mostra-se incompatível com a complexidade e a relevância das funções a serem desempenhadas, o que poderia comprometer o alcance dos resultados esperados ou distanciar o projeto de sua finalidade primordial: estruturar e manter uma equipe qualificada e eficiente para a divulgação dos atos administrativos e jurisdicionais do TRT3.

Diante do exposto, esta SEGEST considera pouco provável a obtenção de profissionais devidamente qualificados para a execução de todas essas atividades pelo salário inicial ou pelo piso da categoria identificado. As competências exigidas demandam nível de qualificação superior à experiência mínima usualmente disponível no mercado, habilitando tais profissionais a desempenhar atividades de maior complexidade e responsabilidade, que, consequentemente, devem ser remuneradas de forma condizente.

Assim, foi necessário realizar um levantamento em contratações públicas que contemplam esse posto e em sites especializados, como Indeed, Glassdoor e Jooble. Portanto, através desse levantamento, foi possível a montagem da tabela a seguir, apresentando os respectivos salários e a média salarial.

Posto de Trabalho	Salários								Média
	CCT	Indeed	Glassdoor	Jooble	STF (PE 93/2023)	TJMG (PE 44/2025)	TRT 5 (PE 90001/2025)	TRE - BA (PE 90057/2024)	
Designer Gráfico 40h	R\$ 1.621,00	R\$ 2.534,00	R\$ 2.500,00	R\$ 1.924,00	R\$ 6.978,51	R\$ 6.639,02	R\$ 3.315,19	R\$ 3.182,31	<b>R\$ 3.586,75</b>



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Os sites [Indeed](#), [Glassdoor](#) e [Jooble](#) foram consultados em 04/09/2025. Diferentemente dos demais, o portal Glassdoor apresentou uma faixa salarial entre R\$ 2.000,00 e R\$ 3.000,00, sendo considerada, para efeito deste levantamento, a média de R\$ 2.500,00.

Para fins de uniformização dos parâmetros remuneratórios, os valores coletados foram convertidos proporcionalmente para uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais, conforme demonstrado na tabela acima. Tal procedimento foi necessário, por exemplo, no caso do Edital do TRE-BA, em que a carga horária prevista para o posto de Designer Gráfico é de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com remuneração de 2.784,52 (dois mil, setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos). Por sua vez, nos Editais do STF, do TJMG e do TRT5 não se fez necessário qualquer ajuste, uma vez que tais órgãos já adotam a jornada padrão de 40 (quarenta) horas semanais para o respectivo posto de trabalho.

Logo, a média salarial pesquisada será o valor mínimo a ser adotado na planilha de custos e formação de preços para o posto de Designer Gráfico, ou seja, o salário deverá ser de **R\$ 3.586,75 (três mil, quinhentos e oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos)**.

Assim, em observância aos mecanismos de fortalecimento das garantias trabalhistas em contratos de prestação de serviços terceirizados e com amparo na Instrução Normativa Seges/MGI nº 176/2024, para fins de salário-base do posto de Designer Gráfico, deverá ser adotado como custo mínimo o valor de **R\$ 3.586,75 (três mil, quinhentos e oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos)**. No que diz respeito ao percentual de reajuste e data-base do salário praticado, deverá ser observada como paradigma a CCT [FENAP x SINAPRO-MG](#) ou outro instrumento normativo adotado pela Contratada, devendo prevalecer sempre a condição mais benéfica ao trabalhador.

### 3.3. Conclusão

A fixação de um valor mínimo visa, ainda, mitigar a alta rotatividade de profissionais. Trata-se de medida essencial para garantir condições adequadas à contratação e à permanência de profissionais qualificados ao longo da execução contratual, prevenindo a evasão em razão de ofertas financeiramente mais atrativas no mercado. Ressalta-se que a rotatividade excessiva compromete a eficiência e a produtividade dos serviços, em virtude da perda de conhecimento acumulado e do tempo necessário à adaptação de novos colaboradores às rotinas específicas do setor.

Essa definição tomou como base o [Acórdão 1589/2024](#), Plenário do TCU, *in verbis*:

***“Admite-se, nas contratações por postos de serviço regidas pela Lei 14.133/2021, a fixação de salários em valores superiores aos pisos estabelecidos em convenções coletivas de trabalho, desde que observados os seguintes requisitos: i) justificativa técnica de que os serviços demandam, por suas características e particularidades, a execução por profissional com nível de qualificação acima da média; e ii) realização de pesquisa de preços demonstrando a compatibilidade com os valores de mercado para contratações similares, ou seja, comprovação de que no mercado existe tal distinção salarial em função da qualificação do trabalhador.”***

### 4. Definição do valor do Vale-Alimentação



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Para a definição do valor do vale-alimentação, realizou-se levantamento considerando a média praticada em site especializado e os parâmetros estabelecidos na CCT SEAC x SINDEAC, registrada sob o nº [MG004474/2024](#). Tal convenção foi adotada como referência por já ter sido utilizada anteriormente por este Tribunal na fixação dos salários e do vale-alimentação no âmbito do Pregão Eletrônico nº 20/2025. A partir desse levantamento, elaborou-se a tabela a seguir, que apresenta o valor do benefício a ser pago por dia efetivamente trabalhado.

Fonte	Valor por dia trabalhado	Média
CCT SEAC x SINDEAC	R\$ 29,15	R\$ 33,39
Ticket	R\$ 37,63	

O site [Ticket](#) foi consultado em 04/09/2025.

Consequentemente, a média do valor por dia efetivamente trabalhado será o valor mínimo a ser adotado na planilha de custos e formação de preços, isto é, o valor do vale-alimentação por dia será de **R\$ 33,39**.

A fixação do valor do vale-alimentação teve como fundamento o art. 4º da Instrução Normativa Seges/MGI nº 176/2024, assegurando que os critérios adotados estejam em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela normativa vigente:

*“Da fixação de custos mínimos relevantes*

*Art. 4º A elaboração da planilha de custos e formação de preços para elaboração do orçamento estimado da contratação do serviço deverá estar fundamentada no Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo considerado paradigma.*

*§ 1º Dentre os custos estimados na planilha de custos e formação de preços, o órgão ou entidade indicará os custos unitários mínimos relevantes, que deverão ser observados nas propostas de preços.*

*§ 2º Consideram-se custos unitários mínimos relevantes:*

*I - valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais;*

*II - valores de auxílio-alimentação; e*

*III - benefícios previstos no Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo paradigma que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral.*

*§ 3º Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral.”*

Entretanto, nem todos os postos de trabalho terão direito a esse benefício, nos termos do parágrafo 2º do art. 5º do Decreto nº 12.174/2024:

*“Art. 5º Na contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de*



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

*preços, valor igual ou superior ao orçado pela administração, que corresponderá à soma do salário e do auxílio-alimentação.*

*§ 1º A critério da administração, mediante justificativa, outros benefícios de natureza trabalhista ou social poderão compor a planilha de custos e formação de preços.*

**§ 2º Os valores de que trata este artigo deverão ser estimados com base na convenção coletiva, no acordo coletivo de trabalho ou no dissídio coletivo adequado à categoria profissional que executará o serviço contratado, considerada a base territorial de execução do objeto do contrato.**

Sendo assim, o posto de trabalho Designer Gráfico terá direito ao vale-alimentação, uma vez que tal benefício está previsto na CCT [FENAP x SINAPRO-MG](#), no Inciso I, do Parágrafo 5º, da Cláusula Décima Sétima.

Por outro lado, os demais postos de trabalho, integrantes das categorias Radialista e Jornalista, não terão direito ao referido benefício, uma vez que suas respectivas CCTs não contemplam a concessão do auxílio alimentação.

## **5. Vale Transporte**

No que se refere ao custo de transporte urbano no local de execução dos serviços, registra-se que o valor da tarifa vigente em Belo Horizonte/MG é definido pela Superintendência de Mobilidade (SUMOB), órgão vinculado à Prefeitura Municipal desta Capital e responsável pela regulamentação e gestão do sistema de transporte coletivo urbano. Conforme disposto na [Portaria SUMOB nº 236/2024](#), o valor atualmente praticado para a tarifa unitária é de R\$ 5,75 (cinco reais e setenta e cinco centavos).

## **6. Definição da quantidade e do valor das diárias**

O contrato vigente prevê apenas 15 (quinze) diárias anuais, quantitativo que se revela insuficiente diante da nova realidade operacional a ser implementada, a qual contempla uma estrutura significativamente maior que a atual. Considerando o aumento das demandas institucionais e a intensificação das atividades externas, especialmente em razão da disponibilização de uma unidade móvel de transmissão que poderá ser deslocada para o interior do Estado, torna-se necessária a adequação desse quantitativo para 200 (duzentas) diárias por ano, conforme apontado pela SECOM.

Tal acréscimo justifica-se pela necessidade de atender ao crescente número de deslocamentos de servidores e colaboradores para cumprimento de agendas institucionais, participação em eventos, capacitações, prestações de apoio técnico e demais atividades que exigem atuação fora da sede. A medida encontra-se alinhada ao planejamento anual de ações externas, garantindo maior previsibilidade, continuidade dos serviços e o devido cumprimento das metas institucionais.

Para realizar a pesquisa sobre os valores referentes ao pagamento de diárias de viagem, que serão efetuados conforme demanda, esta Equipe de Planejamento realizou um levantamento que incluiu:

- a) valores pagos em licitações de outros Tribunais que fazem o pagamento de diárias;
- b) custos de estadias em hotéis situados em cidades do Estado de Minas Gerais onde existem Varas do Trabalho; e
- c) valores de diária atualmente pagas aos servidores deste Regional.





**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

O valor final foi definido com base na média dos parâmetros mencionados.

Para melhor visualização, abaixo segue o detalhamento dos valores levantados.

Tabela 1 - Consulta a contratações de outros Tribunais					
Órgão	Contrato	Forma de Pagamento		Valor da Diária	Média
		Planilha de Custos e Formação de Preço	Pagamento sob demanda		
TRT 6	22/2023	X		R\$ 209,30	R\$ 341,51
TRT 10	124/2022	X		R\$ 390,31	
TRT 15	64/2023		X	R\$ 213,99	
TRT 23	05/2024		X	R\$ 429,44	
TRT 24	04/2023		X	R\$ 300,90	
TST	122/2023	X		R\$ 505,12	

Tabela 2 - Estadia de Hotéis em Minas Gerais								
Cidade	Hotel 1		Hotel 2		Hotel 3		Média	Média Final
	Nome	Valor	Nome	Valor	Nome	Valor		
Aimorés	Chalé Sítio Recanto dos Sonhos	R\$ 270,00					R\$ 270,00	R\$ 252,54
Alfenas	Hotel Plaza Inn Flat Residence	R\$ 325,00	Class Hotel Alfenas	R\$ 284,00	Js Palace Hotel	R\$ 173,00	R\$ 260,67	
Araguari	Studios Interlagos 201	R\$ 211,00	Monte Castro Executive Hotel	R\$ 180,00	ORSI HOTEL	R\$ 110,00	R\$ 167,00	
Araxá	Fenix Hotel Araxá	R\$ 209,00	Hotel Cidade Araxá	R\$ 289,00	Hotel Nacional Inn Araxá Previdência	R\$ 334,00	R\$ 277,33	
Barbacena	Village Plaza Hotel	R\$ 179,00	Hotel Senac Grogotó	R\$ 306,00	ibis budget Barbacena	R\$ 179,00	R\$ 221,33	
Bom Despacho	Hotel Primavera	R\$ 250,00	Apartamento Bom Despacho-MG	R\$ 250,00	Hotel JB	R\$ 157,00	R\$ 219,00	
Caratinga	IT's Hotel	R\$ 215,00	Vind's Plaza Hotel	R\$ 244,00			R\$ 229,50	
Cataguases	Hotel Cataguases	R\$ 257,00					R\$ 257,00	
Caxambu	Hotel Lopes Caxambu	R\$ 184,00	Palace Hotel de Caxambu	R\$ 212,00	VOA Hotel Caxambu	R\$ 273,00	R\$ 223,00	
Congonhas	Hotel H2 Congonhas	R\$ 270,00	Hotel Pousada Casarão da Pedra	R\$ 190,00	Pousada Circuito dos Inconfidentes	R\$ 352,00	R\$ 270,67	
Conselheiro Lafaiete	Rhud's Hotel	R\$ 295,00	Minas Platinum Hotel & Convention	R\$ 398,00	Charming Colonial Countryside Home with Wifi	R\$ 360,00	R\$ 351,00	
Coronel Fabriciano	Hotel Aquarius	R\$ 200,00	Panorama Convention Hotel	R\$ 250,00	Hotel Metropolitano	R\$ 240,00	R\$ 230,00	
Curvelo	Pontal Plaza Hotel	R\$ 269,00	Pontal Executive Hotel	R\$ 254,00	Bella Pousada	R\$ 300,00	R\$ 274,33	
Diamantina	Pousada vale do garimpeiro	R\$ 192,00	Pousada Vila do Imperador	R\$ 332,00	Hotel Montanhas de Minas	R\$ 452,00	R\$ 325,33	
Divinópolis	Excellence Comfort Hotel	R\$ 209,00	ibis budget Divinopolis	R\$ 210,00	River Palace Hotel	R\$ 209,00	R\$ 209,33	





**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

**Tabela 2 - Estadia de Hotéis em Minas Gerais**

Cidade	Hotel 1		Hotel 2		Hotel 3		Média	Média Final
	Nome	Valor	Nome	Valor	Nome	Valor		
Formiga	Petaluma hotel Fomiga	R\$ 215,00	Victor Plaza Formiga	R\$ 190,00	Pousada Dona Terezinha	R\$ 242,00	R\$ 215,67	
Frutal	Premium Hotel Frutal	R\$ 221,00	Hotel Recanto dos Ipes	R\$ 164,00	Martins Palace Hotel	R\$ 250,00	R\$ 211,67	
Governador Valadares	Realminas Hotel e Restaurante	R\$ 198,00	San Diego Suítes Governador Valadares	R\$ 298,00	Mirante Hotel	R\$ 250,00	R\$ 248,67	
Guanhães	Gran Vale Hotel	R\$ 200,00					R\$ 200,00	
Guaxupé	Class Hotel Guaxupé	R\$ 220,00	Ibis Guaxupe	R\$ 263,00	Smart Hotel	R\$ 181,00	R\$ 221,33	
Itabira	IT Itabira Hotel	R\$ 430,00	Hotel Santorine Plaza	R\$ 186,00	Hotel Domus Itabira	R\$ 289,00	R\$ 301,67	
Itajubá	Hotel Centenario Itajuba	R\$ 170,00	Gontijo Inn Hotel	R\$ 327,00	Palace Hotel	R\$ 200,00	R\$ 232,33	
Itaúna	Íbis Styles Itaúna	R\$ 229,00	Topázio Imperial Hotel	R\$ 243,00	Heart's Corner	R\$ 252,00	R\$ 241,33	
Ituiutaba	Hotel Bernal	R\$ 189,00	Lider Hotel Ituiutaba	R\$ 206,00	One Hotel	R\$ 185,00	R\$ 193,33	
João Monlevade	Paz aconchego e praticidade nesse apartamento	R\$ 216,00	Studio Completo no melhor ponto de João Monlevade	R\$ 200,00	Studio Completo - Local Central	R\$ 200,00	R\$ 205,33	
Juiz de Fora	Ibis Juiz de Fora	R\$ 207,00	Premier Parc Hotel	R\$ 265,00	Victory Suites	R\$ 248,00	R\$ 240,00	
Lavras	Lavras Apart Hotel	R\$ 263,00	Ibis Lavras	R\$ 235,00	Vitória Palace Hotel	R\$ 241,00	R\$ 246,33	
Manhuaçu	Ibis budget Manhuaçu	R\$ 151,00	Manhuaçu Center Hotel	R\$ 146,00	Manhuaçu Hotel e Eventos	R\$ 266,00	R\$ 187,67	
Montes Claros	North Hoteis	R\$ 216,00	Rametta Hotel	R\$ 215,00	Ibis Montes Claros Shopping	R\$ 309,00	R\$ 246,67	
Muriaé	Hotel Premium Plaza	R\$ 222,00	Hotel Gran Premium Plaza	R\$ 310,00	Hotel Regina Muriaé	R\$ 213,00	R\$ 248,33	
Ouro Preto	Lofts do Pilar	R\$ 790,00	Pousada Sinhá Olímpia	R\$ 845,00	Mirante Hotel	R\$ 400,00	R\$ 678,33	
Pará de Minas	Suntory Hotel	R\$ 298,00	Elite Business Hotel	R\$ 210,00	Colonial Palace Hotel	R\$ 229,00	R\$ 245,67	
Paracatu	Pousada Paraíso	R\$ 207,00	Manancial Hotel	R\$ 160,00	Paracatu Plaza Hotel	R\$ 330,00	R\$ 232,33	
Passos	Class Hotel Passos	R\$ 227,00	Class Hotel Passos Rio Grande Portal da Canastra	R\$ 236,00	Presidente Hotel	R\$ 225,00	R\$ 229,33	
Patos de Minas	Gálatas Golden Hotel	R\$ 284,00	Galatas Central Hotel	R\$ 249,00	Fratele Business Hotel	R\$ 284,00	R\$ 272,33	
Patrocínio	Guines Palace Hotel	R\$ 327,00	Hotel Londe	R\$ 180,00	Hotel Valle	R\$ 184,00	R\$ 230,33	
Pirapora	Hotel Canoeiros	R\$ 292,00	Hotel Mundial	R\$ 221,00	Hotel Barroso	R\$ 139,00	R\$ 217,33	
Piumhi	Serravita Hotel	R\$ 161,00	Ribs Hotel	R\$ 150,00	Theotókos Flats Apart-hotel	R\$ 165,00	R\$ 158,67	
Poços de Caldas	Ibis Styles Poços de Caldas	R\$ 369,00	Hotel Carlton Plaza	R\$ 680,00	Hotel Excelsior	R\$ 429,00	R\$ 492,67	
Ponte Nova	Hotel Milenio	R\$ 198,00	apartamento no paraíso	R\$ 169,00			R\$ 183,50	
Pouso Alegre	Hotel Ferraz	R\$ 268,00	Fenix Hotel Pouso Alegre	R\$ 267,00	Hotel Fernandão	R\$ 215,00	R\$ 250,00	
Santa Rita do Sapucaí	Real Palace Hotel	R\$ 138,00	Pousada do Barão	R\$ 364,00			R\$ 251,00	



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Tabela 2 - Estadia de Hotéis em Minas Gerais								
Cidade	Hotel 1		Hotel 2		Hotel 3		Média	Média Final
	Nome	Valor	Nome	Valor	Nome	Valor		
São João Del Rei	Hotel Ponte Real	R\$ 273,00	Solara Hotel	R\$ 310,00	Vicenza Apart Hotel	R\$ 274,00	R\$ 285,67	
São Sebastião do Paraíso	BM Hotel	R\$ 169,00	Hotel Cosini	R\$ 182,00	Hotel das Acacias	R\$ 160,00	R\$ 170,33	
Sete Lagoas	Tulip Inn Sete Lagoas	R\$ 343,00	Sete Lagoas Residence Hotel	R\$ 195,00	Real Hotel	R\$ 277,00	R\$ 271,67	
Teófilo Otoni	Hotel Capital Das Pedras	R\$ 200,00	Hotel Esmeralda Verde	R\$ 220,00	Front Comfort Teófilo Otoni	R\$ 230,00	R\$ 216,67	
Três Corações	Apartamento para 6 pessoas	R\$ 338,00	Pousada Vale das Primaveras	R\$ 183,00	Italian Palace Hotel Rede Carlton	R\$ 219,00	R\$ 246,67	
Ubá	Del'Fiori Hotel	R\$ 199,00	Trip Hotel Ubá	R\$ 196,00	Apartamento luxo no centro	R\$ 250,00	R\$ 215,00	
Uberaba	Hotel Golden Park	R\$ 286,00	Hotel Graal Inn Uberaba	R\$ 261,00	Havana Palace Hotel	R\$ 199,00	R\$ 248,67	
Uberlândia	Nobile Suítes	R\$ 380,00	Golden Tower Aeroporto	R\$ 288,00	Savana Hotel	R\$ 258,00	R\$ 308,67	
Varginha	Class Hotel Varginha	R\$ 243,00	Tryp by Wyndham Varginha Cafe Royal	R\$ 263,00	Grand Enio Hotel e Cantina	R\$ 240,00	R\$ 248,67	

A pesquisa acima foi realizada no site [Booking](#), o qual foi acessado em 16/10/2025. Ressalta-se que, nas cidades de Almenara, Araçuaí, Iturama, Januária, Monte Azul, Nanuque e Unaí, não foram identificadas unidades hoteleiras cadastradas na referida plataforma.

Tabela 3 - Diárias pagas ocupantes dos cargos de Técnico Judiciário, de Auxiliar Judiciário ou de ocupante de função comissionada				
Tipo de diária	Valor	Valor de VA por dia	Valor Final	Média
Deslocamento dentro de MG	R\$ 486,84	R\$ 81,11	R\$ 405,73	R\$ 552,54
Deslocamento para fora de MG - sem sede de TRT	R\$ 556,39	R\$ 0,00	R\$ 556,39	
Deslocamento para fora de MG - com sede de TRT	R\$ 695,49	R\$ 0,00	R\$ 695,49	

Destaca-se que para apuração da média relativa às diárias pagas aos servidores do TRT3, considerou-se os valores das três modalidades de diárias, conforme discriminado no quadro supra, dos quais subtraiu-se o valor relativo ao auxílio alimentação no montante de R\$ 81,11 por dia.

Desta forma, a partir das médias acima levantadas, chegou-se valor de **R\$ 382,19 (trezentos e oitenta e dois reais e dezenove centavos)** a ser pago por diária, conforme detalhado no quadro abaixo. É importante destacar que, neste valor, não estão inclusos tributos e outros custos indiretos, os quais serão apurados na planilha de custos e formação de preço.



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Média apurada		
Levantamento	Média	Média Final
Consulta a contratações de outros Tribunais	R\$ 341,51	<b>R\$ 382,19</b>
Estadia de Hotéis em Minas Gerais	R\$ 252,54	
Diárias pagas a Servidores do TRT3	R\$ 552,54	

Levando em consideração os valores de tributos e outros custos indiretos estimados por esta SEGEST, tem-se o valor de **R\$ 467,99** (quatrocentos e sessenta e sete reais e noventa e nove centavos), conforme consta no quadro abaixo:

Custos Indiretos			Tributos Federais - PIS			Tributos Federais - COFINS		ISSQN		Total Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Valor total da Diária
Valor da Diária	%	R\$	Base de Cálculo Tributos	%	R\$	%	R\$	%	R\$		
R\$ 382,19	5,00%	R\$ 19,11	R\$ 401,30	1,65%	R\$ 7,72	7,60%	R\$ 35,57	5,00%	R\$ 23,40	R\$ 85,80	<b>R\$ 467,99</b>

O valor de repasse da diária ao terceirizado que fizer jus a este direito, não deverá ser inferior a **R\$ 382,19** (trezentos e oitenta e dois reais e dezenove centavos). De tal forma que a repactuação se dará nos moldes do item “Reajuste, Repactuação e Revisão” do Termo de Referência.

Sendo assim, o valor estimado para o pagamento de diárias, a serem concedidas conforme a demanda, bem como a respectiva quantidade, encontram-se detalhados na tabela a seguir.

DIÁRIAS - QUANTITATIVOS E VALORES ESTIMADOS	
Quantitativo Anual Estimado de Diárias	200
Valor Unitário da Diária¹	R\$ 382,19
Valor Unitário Estimado da Diária, considerando Tributos e Custos Indiretos.	R\$ 467,99
Valor Total Mensal Estimado	R\$ 7.799,83
Valor Total Anual Estimado	R\$ 93.598,00

Há de se destacar, ainda, que, conforme informação da Unidade Demandante, todos os postos de trabalho, exceto o de Designer Gráfico, a serem contratados poderão realizar viagens institucionais.

### 7. Valor Estimado da Contratação

O custo anual estimado total da contratação, considerando o quantitativo de 75 (setenta e cinco) postos de trabalho e o pagamento de 200 (duzentas) diárias, é de R\$ 8.895.168,88 (oito milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, cento e sessenta e oito reais e oitenta e oito centavos), depurado conforme indicado a seguir:

- O custo anual estimado para a contratação imediata de 34 (trinta e quatro) postos de trabalho é de R\$ 3.991.808,40 (três milhões, novecentos e noventa e um mil, oitocentos e oito reais e quarenta centavos).
- O custo anual estimado para a expectativa de contratação futura de 41 (quarenta e um) postos de trabalho é de R\$ 4.809.762,48 (quatro milhões, oitocentos e nove mil, setecentos e sessenta e dois reais e quarenta



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

e oito centavos).

- c) O custo anual estimado para pagamento de 200 (duzentas) diárias por demanda é de R\$ 93.598,00 (noventa e três mil, quinhentos e noventa e oito reais).

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO - TOTAL						
Localidade	Posto de Trabalho	Nº Postos	Valor unitário proposto por posto MENSAL	Valor total MENSAL	Valor total ANUAL	Intervalo mínimo para lances 0,1% do valor unitário do posto MENSAL
Belo Horizonte	Designer Gráfico 40h	4	R\$ 9.481,57	R\$ 37.926,28	R\$ 455.115,36	R\$ 9,48
	Diretor de Imagens 30h	16	R\$ 9.569,24	R\$ 153.107,84	R\$ 1.837.294,08	R\$ 9,57
	Editor de mídia audiovisual 30h	8	R\$ 9.569,24	R\$ 76.553,92	R\$ 918.647,04	R\$ 9,57
	Operador de câmera 30h	4	R\$ 9.579,13	R\$ 38.316,52	R\$ 459.798,24	R\$ 9,58
	Operador de mídia audiovisual 30h	26	R\$ 9.569,24	R\$ 248.800,24	R\$ 2.985.602,88	R\$ 9,57
	Repórter Fotográfico 25h	3	R\$ 10.747,40	R\$ 32.242,20	R\$ 386.906,40	R\$ 10,75
	Repórter de rádio e televisão (cinematográfico) 25h	4	R\$ 10.747,40	R\$ 42.989,60	R\$ 515.875,20	R\$ 10,75
	Supervisor Técnico 40h	2	R\$ 13.447,30	R\$ 26.894,60	R\$ 322.735,20	R\$ 13,45
	Técnico de sistemas audiovisuais 30h	8	R\$ 9.579,13	R\$ 76.633,04	R\$ 919.596,48	R\$ 9,58
<b>75</b>				<b>R\$ 733.464,24</b>	<b>R\$ 8.801.570,88</b>	
	Diárias por demanda				R\$ 93.598,00	
	<b>Total</b>			<b>R\$ 733.464,24</b>	<b>R\$ 8.895.168,88</b>	

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**

Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

**VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO - DETALHAMENTO**

Posto de Trabalho	Valor unitário proposto por posto MENSAL	Contratação Imediata			Expectativa de contratação futura		
		Qtd.	Valor total MENSAL	Valor total ANUAL	Qtd.	Valor total MENSAL	Valor total ANUAL
Designer Gráfico 40h	R\$ 9.481,57	2	R\$ 18.963,14	R\$ 227.557,68	2	R\$ 18.963,14	R\$ 227.557,68
Diretor de Imagens 30h	R\$ 9.569,24	2	R\$ 19.138,48	R\$ 229.661,76	14	R\$ 133.969,36	R\$ 1.607.632,32
Editor de mídia audiovisual 30h	R\$ 9.569,24	4	R\$ 38.276,96	R\$ 459.323,52	4	R\$ 38.276,96	R\$ 459.323,52
Operador de câmera 30h	R\$ 9.579,13	2	R\$ 19.158,26	R\$ 229.899,12	2	R\$ 19.158,26	R\$ 229.899,12
Operador de mídia audiovisual 30h	R\$ 9.569,24	16	R\$ 153.107,84	R\$ 1.837.294,08	10	R\$ 95.692,40	R\$ 1.148.308,80
Repórter Fotográfico 25h	R\$ 10.747,40	1	R\$ 10.747,40	R\$ 128.968,80	2	R\$ 21.494,80	R\$ 257.937,60
Repórter de rádio e televisão (cinematográfico) 25h	R\$ 10.747,40	2	R\$ 21.494,80	R\$ 257.937,60	2	R\$ 21.494,80	R\$ 257.937,60
Supervisor Técnico 40h	R\$ 13.447,30	1	R\$ 13.447,30	R\$ 161.367,60	1	R\$ 13.447,30	R\$ 161.367,60
Técnico de sistemas audiovisuais 30h	R\$ 9.579,13	4	R\$ 38.316,52	R\$ 459.798,24	4	R\$ 38.316,52	R\$ 459.798,24
		<b>34</b>	<b>R\$ 332.650,70</b>	<b>R\$ 3.991.808,40</b>	<b>41</b>	<b>R\$ 400.813,54</b>	<b>R\$ 4.809.762,48</b>
		Diárias por demanda		R\$ 93.598,00	<b>Valor Total da Contratação Anual</b>		<b>R\$ 8.895.168,88</b>
		<b>Total</b>	<b>R\$ 332.650,70</b>	<b>R\$ 4.085.406,40</b>			

**JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

A contratação será realizada de forma integral, sem parcelamento, em conformidade com o art. 40, §3º da Lei nº 14.133/2021, pois a divisão do objeto poderia gerar dificuldades na coordenação dos serviços, aumento de custos operacionais e perda de economia de escala. A manutenção de um único prestador permite maior controle sobre a qualidade dos serviços, a uniformização dos procedimentos e a otimização dos processos internos, garantindo a conformidade com as normas regulamentadoras.

Além disso, a fragmentação dos serviços poderia resultar em divergências operacionais, maior tempo para ajustes contratuais e dificuldades no acompanhamento da execução, aumentando riscos de inconsistências na prestação dos serviços, contrariando o princípio da eficiência administrativa previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal. A contratação de um único fornecedor assegura um planejamento unificado, integração das equipes e maior eficiência na fiscalização e gestão dos contratos, contribuindo para a manutenção de padrões de qualidade e a otimização dos processos internos, garantindo a conformidade com as normas regulamentares e assegurando que os serviços sejam prestados de maneira uniforme em todas as unidades do Tribunal.

Outro fator relevante é a economia de escala proporcionada pela contratação global, que visa obter o melhor preço. A divisão do objeto poderia acarretar custos adicionais, como despesas administrativas e logísticas, que impactariam negativamente no orçamento. Dessa forma, a solução integrada atende ao princípio da eficiência administrativa e proporciona melhor aproveitamento dos recursos públicos.

Adicionalmente, a escolha por um único prestador contribui para a manutenção de padrões de qualidade e otimização dos processos internos, garantindo a conformidade com as normas regulamentares, como a Instrução



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Normativa Seges/MPDG nº 05/2017, e assegurando que os serviços sejam prestados de maneira uniforme em todas as unidades do Tribunal, promovendo a economicidade e a padronização dos serviços.

### CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não existem contratações correlatas ou interdependentes com o objeto da presente contratação.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, XI (contratações correlatas e/ou interdependentes) c/c art. 33 XI da Resolução CSJT 364/2023. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar a devida justificativa, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021, c/c art. 33 § 1º da Resolução CSJT 364/2023.

### DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O item 54 está incluído no Plano de Contratações Anual/2025, abrangendo a prestação de serviços continuados de comunicação social, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, tanto na Capital quanto no Interior. Tais serviços asseguram a transparência e a efetividade da comunicação institucional, por meio do registro, produção e divulgação de conteúdos jornalísticos e audiovisuais de interesse público, fortalecendo a interação do Tribunal com a sociedade.

A contratação também está alinhada ao Plano Estratégico, especificamente ao objetivo estratégico OE8 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira, que busca garantir maior eficiência administrativa mediante mecanismos aprimorados de planejamento, execução e controle orçamentário, com dados íntegros e de qualidade.

Nesse contexto, a iniciativa contribui para a consolidação da comunicação institucional, promovendo a ampla divulgação das atividades jurisdicionais e administrativas, ampliando o acesso à informação e reforçando a transparência e a interação do Tribunal com a coletividade.

### DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

A contratação dos serviços deve assegurar eficiência, garantindo a continuidade da prestação e o uso racional dos recursos financeiros. Dessa forma, evita-se a interrupção das atividades essenciais e otimiza-se a alocação dos recursos disponíveis.

Quanto ao aproveitamento dos recursos humanos, a empresa contratada deve cumprir todas as obrigações previstas no contrato. Isso previne rescisões contratuais por descumprimento, evitando a necessidade de nova licitação para os mesmos serviços. Assim, o órgão pode concentrar seus esforços em atividades diretamente relacionadas à sua missão institucional.

A efetividade da contratação deve ser assegurada pela manutenção das condições necessárias para a atuação do órgão, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, com respeito ao meio ambiente e responsabilidade social.



## **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**

Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

Para garantir economicidade, a contratação deve ser realizada com base no critério de menor preço, assegurando a melhor relação entre custo e benefício.

A eficácia do contrato deve ser garantida por meio da adoção de indicadores de monitoramento e de ampla fiscalização, incluindo a participação do público usuário. Isso permite maior controle sobre a execução dos serviços e a qualidade dos resultados.

Por fim, para garantir eficiência e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, é necessário demonstrar a continuidade da necessidade dos serviços e sua vantajosidade. Isso viabiliza a prorrogação do contrato até o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme a legislação vigente.

Dado o exposto, conclui-se que a presente contratação destina-se a garantir a melhora da prestação jurisdicional à sociedade por meio da terceirização da execução dos serviços citados da forma mais eficiente e eficaz disponível.

### **PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO**

Não será necessária qualquer adequação nas Unidades do Tribunal, assim como não se faz necessária a capacitação dos servidores responsáveis pela contratação e fiscalização do contrato.

### **DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS**

Os serviços dessa contratação deverão observar práticas alinhadas aos critérios de sustentabilidade, priorizando o uso racional de recursos, a redução de desperdícios e a adoção de procedimentos que minimizem impactos ambientais. Além disso, a adequação do contrato a tais diretrizes deve ser assegurada, de modo a garantir que a execução das atividades ocorra em conformidade com os princípios de responsabilidade socioambiental.

A promoção da equidade e diversidade deve ser incentivada por meio da implementação e ampliação da quantidade de ações de equidade e diversidade, fomentando um ambiente inclusivo e socialmente responsável.

A conscientização dos envolvidos na execução dos serviços será fortalecida por meio de ações de sensibilização e capacitação contínua, garantindo que boas práticas sustentáveis sejam compreendidas e aplicadas de maneira eficaz.

O uso racional de água deverá ser incentivado, adotando-se medidas para evitar desperdícios e otimizar o consumo desse recurso essencial. Da mesma forma, deverá ser priorizada a utilização de materiais e recursos sustentáveis nas atividades de comunicação social, reduzindo o consumo de insumos de difícil descarte e minimizando os impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços.

O fornecimento dos bens/serviços, no que couber, deverá estar de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no art. 4º, incisos I a IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010; no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República; no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, nos termos da Resolução nº 103/2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e no Plano de Logística Sustentável deste Tribunal (PLS – TRT3) e na legislação correlata.



## **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**

Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

### **POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO À NECESSIDADE A QUE SE DESTINA**

A contratação desses serviços permite a otimização dos recursos humanos e materiais deste Tribunal, possibilitando que magistrados e servidores concentrem-se em suas funções institucionais sem prejuízo às condições de trabalho. Ademais, ao assegurar a prestação contínua das atividades de comunicação social, reforça-se a transparência, a publicidade dos atos institucionais e a efetividade da interação com o público, em consonância com os princípios da administração pública.

Além disso, a execução indireta dessas atividades possibilita maior flexibilidade na gestão dos serviços, permitindo a adaptação às demandas institucionais sem comprometer a eficiência e a economicidade. A definição clara das obrigações contratuais e dos padrões de desempenho a serem seguidos assegura a transparência na fiscalização e o alinhamento com os princípios da administração pública, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Portanto, a contratação em regime de dedicação exclusiva não apenas atende às exigências normativas e operacionais do Tribunal, como também contribui para a manutenção de um ambiente funcional adequado, favorecendo o desenvolvimento das atividades jurisdicionais e administrativas de forma eficiente e sustentável.

### **GESTÃO DE RISCOS**

A gestão de riscos é um requisito obrigatório na Administração Pública Federal, conforme estabelecido pela Instrução Normativa CGU/MP nº 01/2016 e pelo Decreto nº 9.203/2017. Além disso, a Lei nº 14.133/2021 reforça a necessidade de gerenciamento de riscos em todas as aquisições públicas.

Nesse contexto, a contratação de serviços de comunicação social em regime de dedicação exclusiva de mão de obra pode envolver riscos adicionais, tais como:

- a) Descontinuidade dos serviços, decorrente de atrasos na reposição de profissionais ou de falhas na execução contratual;
- b) Perda de qualidade técnica, em razão de eventual rotatividade elevada de empregados ou da alocação de profissionais sem perfil adequado;
- c) Falhas na divulgação de informações institucionais, que podem comprometer a transparência e a imagem do Tribunal perante a sociedade;
- d) Dependência excessiva de fornecedores específicos, o que pode limitar a competitividade e elevar os riscos em futuras contratações;
- e) Descumprimento de prazos e cronogramas de divulgação, ocasionando atrasos em publicações, registros audiovisuais e disponibilização de conteúdos jornalísticos.

Esses riscos exigem mecanismos de fiscalização e gestão eficientes, a fim de garantir a continuidade, a qualidade e a efetividade da comunicação institucional, mitigando impactos que possam comprometer a transparência e a interação do Tribunal com o público.





**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados

**DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A contratação é viável, conforme o anexo que trata do Mapa de Riscos da contratação.

**ACESSO À INFORMAÇÃO**

Estes estudos não devem ser classificados nos termos do art. 23, da Lei nº 12.527/2011. Portanto, não há que se falar em classificação de informações com vistas à restrição de acesso como ultrassecreta (25 anos), secreta (15 anos) ou reservada (5 anos), na forma do art. 24 da Lei nº 12.527/2011.

Entretanto, é fundamental preservar o sigilo quanto à condição de vulnerabilidade econômico-social das mulheres contratadas nos termos da Resolução nº 497/2023 do Conselho Nacional de Justiça. Ademais, os empregados terceirizados deverão manter a confidencialidade sobre quaisquer informações a que tenham acesso em razão do exercício de suas funções, assegurando a integridade e a discrição no desempenho de suas atividades.

**GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**Gestor:** atuará como gestor do contrato a Secretária de Gestão de Serviços e Terceirizados

**Fiscais Administrativos:** atuarão como fiscais administrativos servidores da Divisão de Gestão de Serviços Terceirizados (DIGEST) vinculada à Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados (SEGEST) todos lotados na capital.

**Fiscais Técnicos/Setoriais:** atuará como fiscal técnico/setorial o Chefe da Seção de Produção Audiovisual e seu substituto legal, vinculado à Secretaria de Comunicação Social (SECOM).

**POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA**

A necessidade da contratação está claramente definida e devidamente justificada, alinhando-se aos objetivos estratégicos do órgão ou às atividades formalmente estabelecidas para a Unidade Requisitante. As quantidades e exigências foram dimensionadas de forma coerente, considerando os requisitos quantitativos e qualitativos necessários para atender à demanda identificada.

A análise de mercado confirma a existência de diversas empresas nacionais capacitadas para a prestação dos serviços ou fornecimento dos bens demandados. A escolha da melhor solução está detalhadamente fundamentada no Termo de Referência, garantindo que a opção adotada atenda de forma eficiente aos interesses deste Tribunal.

Foram realizadas estimativas preliminares de preços de mercado para permitir a avaliação e o planejamento adequado dos recursos necessários ao longo do período de implementação da solução. Dessa forma, a Equipe de Planejamento/Unidade Demandante declara a viabilidade da contratação, com base nos elementos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar.